



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

Getúlio Vargas: o projeto de controle da ação humana

Helena Neves Esteves

Brasília – DF

Agosto/2020



Universidade de Brasília

Instituto de Ciência Política

Getúlio Vargas: o projeto de controle da ação humana

Helena Neves Esteves

Monografia apresentada ao Curso de
Ciência Política, do Instituto de Ciência
Política, Universidade de Brasília, como
requisito parcial para obtenção do grau de
Bacharel em Ciência Política sob a
orientação do professor Paulo Nascimento

Brasília – DF

Resumo

O presente artigo tem como objetivo a discussão da identificação de Getúlio Vargas enquanto indivíduo no controle da ação humana. Entendo que não é possível tal feito, seguindo os conceitos de Hannah Arendt, vamos delimitar conceitualmente o pensamento trazido pela autora em *A Condição Humana* para poder discutir a afirmação colocada.

Palavras-chave

Getúlio Vargas, Hannah Arendt, *A Condição Humana*, Ação, Trabalho e Labor

Introdução

Hannah Arendt foi uma distinta pensadora do século XX. Suas ideias marcaram a história da filosofia política, ao introduzir discussões sobre o poder e o uso da violência de maneira singular. Em 1958, publicou livro chamado *A Condição Humana*, que traz reflexões sobre a essência da existência humana, as relações em sociedade e o uso do poder e da violência por esta. É com base neste livro que baseio a argumentação presente neste artigo.

O exercício da autora de delimitar todas as condições da existência humana e o histórico de evolução delas até o que temos no presente – que não se difere em essência do relatado por Arendt na década de 1950 – cria uma esfera de conceitos e fundamentos que torna impossível discutir suas ideias sem explicá-los anteriormente. Por isso, antes de adentrar no assunto específico deste artigo, faço uma reflexão sobre os conceitos de labor, trabalho e ação de Arendt, além de apresentar as ideias da mortalidade e da ascensão da esfera social.

Depois de tentar elucidar e criar base para compreensão do argumento de Hannah Arendt, trago de maneira rápida a biografia de Getúlio Vargas. Isso porque, para debatermos sobre alguém, discutindo seus feitos e suas conquistas, é necessário conhecer sua história. Não que não seja de amplo conhecimento a trajetória de Vargas, mas para nivelamento do conhecimento sobre os eventos ocorridos, foi necessário que se passasse por sua trajetória de vida.

É apenas então que trago o encontro das ideias escritas por Arendt aos

acontecimentos da vida de Getúlio, para delimitar a argumentação sobre como o segundo desempenhou papel de controlador da ação, ainda que falsamente, como irei explicar, no cenário político brasileiro. Histórias do Mundo Antigo, pensamento crítico e racional sobre o comportamento humano e ambientação da memória política brasileira no debate arendtiano sobre poder é um pouco do que pode-se esperar para as páginas que virão.

Parte 1: A *vita activa* e as condições humanas de Hannah Arendt

Antes de tratar do assunto específico deste artigo, é necessário entender os conceitos trazidos por Hannah Arendt em sua obra “A Condição Humana” (1958). Assim, revisitaremos de forma rápida a explicação das condições humanas e da *vita activa*, tão importantes para a compreensão do pensamento de Arendt a respeito do poder e do espaço da aparência.

O primeiro passo para começar a entender a discussão arendtiana sobre a esfera pública é assimilar as condições humanas básicas, o que ela chama de atividades fundamentais: o labor, o trabalho e a ação. Esses três elementos constituem, cada um em sua medida, a *vita activa*, uma vida empenhada ativamente em fazer algo. São as condições para uma vida humana, não apenas uma existência animal, dado que a existência de homens e mulheres é aquela que tem como condições a natalidade e a mortalidade, a pluralidade e a vida ativa (Pinto, 2014).

O labor diz respeito ao processo biológico do corpo humano, como uma condição para assegurar a perpetuação da espécie. Relaciona-se com os processos fisiológicos de nosso corpo, que mantém vivos os homens e mulheres assim como todos os animais e seres vivos. Já o trabalho diz respeito ao artificialismo, pois é o responsável pela produção de bens para a manutenção da vida e pela sobrevivência da espécie. O trabalho produz um mundo artificial, pois rodeia a humanidade de objetos produzidos por homens e mulheres, permitindo que saiam de um ambiente inteiramente natural. Essa é a condição humana ligada à mundanidade, pois é o que prende a humanidade ao materialismo (Arendt, 2007, pp. 15-16).

Porém, as duas condições descritas anteriormente não diferenciam os humanos de qualquer outro animal. Todos eles também possuem a condição

do labor, de forma primária e mais visível, mas também vários desempenham o trabalho, no momento que produzem algo que sem eles não existiria, como mel das abelhas ou as casas dos joãos de barro. Há apenas uma condição humana que só homens e mulheres desempenham e que, por consequência, os diferencia dos demais animais: a ação.

Os romanos antigos acreditavam que viver era estar entre pessoas, e por isso, aqueles que vivem em isolamento não são pessoas de fato. Isso porque viver depende da interação social como fator básico para tornar-se humano. É a partir dessa concepção que vem a ideia de ação ser a condição humana relacionada à política. É por meio da ação que as pessoas se tornam pessoas de fato e, por consequência, atores políticos.

Da mesma forma, a ação está intimamente ligada à pluralidade. Homens e mulheres fazem parte da mesma espécie e, assim, são todos parte do mesmo. Ao mesmo tempo, cada um é único e diferente de qualquer um que já existiu ou vá existir, constituindo uma espécie plural. É isso que, para Felipe Ramos Gall, representa a igualdade e a diferença da pluralidade (Gall, 2015, p. 107). Essa natureza múltipla é garantida pela ação, que a partir dela cada pessoa consegue se diferenciar dos demais e deixar suas marcas no mundo. Nas palavras de Gall:

“de um lado, a pluralidade, entendida como igualdade, diz respeito ao caráter cíclico da procriação em nível estritamente biológico: nisso todos os homens são iguais, ou seja, a sua mortalidade faz com que compartilhem de uma mesma condição; por outro lado, os homens, mesmo sendo plurais, são também únicos, cada um a seu modo, e sua peculiaridade mais própria somente vem a luz agindo, e dizer: por meio da ação e do discurso.” (Gall, 2015, p. 111)

Assim, a ação nos permite também ter lembranças e, conseqüentemente, criar a história. A trajetória da humanidade é contada através dos feitos, das ações de pessoas que marcaram a história. Assim, marca a singularidade de cada pessoa, uma vez que sem ela a ação não seria necessária, ao mesmo tempo que só é possível existir ação enquanto convivemos em sociedade, com interação entre homens e mulheres (Arendt, 2007, pp. 15-19).

Essas são as condições básicas para a vida humana, intimamente ligadas à natalidade e à mortalidade. O labor e o trabalho se relacionam com os feitos de produzir (novas vidas) e preservar (a espécie). Já a ação vem no sentido de criar atores políticos para a preservação da sociedade, necessária para a

socialização e surgimento da vida como conhecemos.

É dessa forma que Arendt apresenta a *vita activa*, que tem origem na ação e no discurso (*práxis* e *lexis*). O que hoje enxergamos como engajamento ativo na sociedade, muitas vezes ligado à política na vida das Eras Moderna e Contemporânea, os antigos descreviam com outro olhar. Na Antiguidade, a vida ativa era aquela dedicada a assuntos públicos relacionados à cidade-estado. Para eles, havia uma conotação negativa nessa atividade, que relacionava a *práxis* e a *lexis* a uma inquietação (*askolia*), consumindo tempo que deveria ser destinado à contemplação. Os homens (e aqui apenas homens) deviam se dedicar à vida contemplativa, porque através dela que se chegaria às respostas dos grandes questionamentos da vida, ao mundo das ideias de Platão. (Arendt, 2007, p. 23)

A vida contemplativa era considerada o único modo de vida realmente livre. Só aqueles que detinham tempo e dinheiro para se dedicarem às atividades da contemplação (*theoria*), os filósofos, exerciam de fato sua liberdade. Tal liberdade estava ligada a uma noção de que aquele que não precisa trabalhar para sobreviver, por tanto o rico, é livre do ônus do trabalho; assim como aquele que não exercita atividades políticas está livre da ação. A quietude, o desassossego, eram tidos como as atividades alvo de todos. Os que não o podiam praticar, por necessitar trabalhar para se manter ou não terem essa opção – como os escravos – não alcançavam o mesmo patamar social que os filósofos (Arendt, 2007, pp. 21-23).

Enquanto a vida contemplativa era objeto alvo dos cidadãos gregos, a vida ativa era aquela voltada aos assuntos da polis. Todavia, é errado pensar que a vida ativa era totalmente desprezada pelos antigos; não, eles viam seu valor. A contemplação era considerada superior, porém era sabido que não seria possível todos se dedicarem à *theoria*. Tomás de Aquino, por exemplo, vê na vida ativa uma forma de se dedicar e desgastar as paixões mundanas, “preparando o homem para a contemplação” (Arendt, 2007, p. 24).

Assim, haviam importantes funções ligadas à vida ativa. O engajamento político, fruto dela (às vezes considerado seu próprio significado) tinha e continua a ter seu valor no que hoje enxergamos como cidadania. Este, necessita do labor e do trabalho – as condições humanas não diretamente ligadas a política.

“Essas atividades também se relacionam com a vida política, e, mais propriamente, a antecedem, são suas condições de possibilidade. Sem o labor, sem a manutenção biológica da vida que garante a própria subsistência humana, não seria possível agir, por motivos óbvios; sem o trabalho, sem a constituição de um mundo artificial durável que, justamente por sua capacidade reificante de transformação da natureza, cria um mundo, não haveria cultura, ou seja, cada nova geração teria que começar *ab ovo*.” (Gall, 2015, p. 108)

Com a queda do Império Romano, a ascensão do cristianismo, o estabelecimento da Idade Média e sua posterior queda, muito foi mudado no que diz respeito ao conceito da vida ativa. Aquilo que antes era estritamente ligado à política e à vida na polis, passa a ter uma conotação mais ampla, abrangendo toda forma de engajamento ativo. Isso se dá com as alterações dos limites entre as esferas pública e privada, o que Hannah Arendt vai chamar de enriquecimento da esfera privada. Vejamos antes, outra discussão dentro de *A Condição Humana*, imprescindível para compreender o pensamento aqui trazido.

Parte 2: Mortalidade X Imortalidade

Passemos agora pela noção de vida e morte em Arendt para entender os conceitos do eterno que permeiam a construção da *vita activa*. Retomando as concepções da Antiguidade, deuses e homens eram vistos como frutos da mesma natureza. Suas diferenças se davam em características específicas, porém excluindo o entendimento pós-cristão de que um deus seria superior aos homens e mulheres que habitam o mundo que conhecemos. Suas diferenças se davam no fato da mortalidade: deuses eram imortais e os humanos não. A imortalidade dos deuses, porém, não significava uma eterna existência destes, uma vez que a imortalidade é o contraponto da morte que conhecemos, fim da vida no mundo que vivemos. Arendt coloca que a “imortalidade significa continuidade no tempo, vida sem morte nesta terra e neste mundo, tal como foi dada” (Arendt, 2007, p. 26).

É aqui que a humanidade passa a ter como “emblema da existência” a mortalidade. Quando tudo é imortal (deuses, o cosmos e a própria natureza – que tem no contínuo labor dos seres a garantia de imortalidade das espécies), os humanos passam a ver na mortalidade a razão de sua existência. Para tal, a

produção e perpetuação de suas obras – tanto produtos de seu trabalho como marcos a partir da ação e do discurso – passam a serem vistos como a alternativa à mortalidade humana. Se um homem ou uma mulher é capaz de produzir algo de maneira que isso seja levado para além de sua vida na Terra, então esse produto o imortaliza (Arendt, 2007, pp. 27-28).

Assim, a tarefa dos homens e mulheres no mundo passa a ser a de produzir coisas imortais, para que possam ganhar o seu lugar no universo. Aqueles que apenas nascem, vivem e morrem, sem deixar seus frutos para além de sua morte, não são humanos. Aqui mais uma vez a distinção entre aqueles que vivem uma vida humana e os que vivem como meros animais da natureza. Quem não se imortaliza através dos produtos de seu trabalho ou ação, não será lembrado como uma pessoa, mas sim como um *animal laborans*¹. Ou ainda, não será lembrado.

Uma das formas de imortalização das pessoas seria por meio de seus filhos. “Sob a óptica da espécie, a incessante procriação, a geração de novos filhos que possam herdar o mundo e perpetuá-lo para que os seus próprios filhos no futuro também deem-no continuidade, constitui, sem dúvida, uma forma de imortalidade” (Gall, 2015, p. 109). Já a outra seria a fama, que imortaliza os feitos dos homens e mulheres, gravando estes nos anais da história. São os “fecundos na alma” que Platão se refere em “O Banquete”, aqueles que se imortalizam por meio de suas ações e discursos. É assim que a tentativa e busca pela imortalidade leva à *vita activa*. Se é necessário produzir ação e discurso para ser gravado nos anais da história e, por tanto, imortalizado, então a *vita activa* é necessária para este fim.

É então com o pensamento socrático que a busca pelo eterno passa a ser o centro das questões humanas na Antiguidade. Até os feitos imortais ou os deuses têm seu fim, porque são imortais, mas não eternos. Apenas a contemplação seria eterna, a atividade dos filósofos que levaria estes a transcender o mundo comum, levaria ao mundo das ideias de Platão.

Considerando que as consequências vindas da busca pela imortalidade moldam a existência humana, é natural que elas tenham seus impactos em todas as esferas da vida. Por tanto, é incluída também na questão da

¹ Ver página 8

imortalidade, a esfera pública. Esta só existe enquanto lugar comum de todos os homens e mulheres, se transcendida a mortalidade humana. Isso se dá porque o espaço comum depende da permanência, não pode ser criado para apenas os que estão vivos e refundado sempre que uma nova geração chega. Primeiro porque seria impossível fazer isso de maneira fluida. Segundo porque as políticas e espaços criados no âmbito da esfera pública não podem depender de pessoas específicas para funcionar, e por tanto precisam que sua existência vá para além da vida humana (Arendt, 2007, pp. 64-65).

Se a esfera pública depende da transcendência da mortalidade humana, ela também depende da noção de aparência. Pensando público enquanto algo que é de conhecimento de todos, que faz parte de um espaço dividido por todos, temos o outro lado da esfera pública. É necessário que as informações sejam postas na esfera pública para que se tornem verdade, para que sejam tomadas como legítimas. Aquilo que permanece no privado não é visto ou lembrado e por isso não se torna verdade. Assim, o que se torna público cria uma aparência na sociedade, passa a fazer parte da realidade. (Arendt, 2007, pp. 59-62)

“A presença de outros que veem o que vemos e ouvem o que ouvimos garante-nos a realidade do mundo e de nós mesmo; e, embora a intimidade de uma vida privada plenamente desenvolvida, tal como jamais se conheceu antes do surgimento da era moderna e do concomitante declínio da esfera pública, sempre intensifica e enriquece grandemente toda a escala de emoções subjetivas e sentimentos privados, esta intensificação sempre ocorre às custas da garantia da realidade do mundo e dos homens.” (Arendt, 2007, p. 60)

Assim, a esfera pública é constituída de dois elementos: a aparência – na medida que só se torna parte da realidade aquilo que está aparente a todos -, e o comum – já que para ser público deve estar disponível para todos. A aparência garante o caráter de compartilhamento daquilo que é comum, que por sua vez necessita da permanência para além da vida humana para que possa estar efetivamente disponível para todos. Por isso, a esfera pública transcende a mortalidade.

Parte 3: O enriquecimento da esfera privada e a ascensão do social

Pensando como a esfera pública foi por vários séculos o foco de toda a

vida humana, o meio e o fim da vida ativa, temos uma esfera privada diminuída. Em *A Condição Humana*, Arendt vai pautar seu argumento sobre como houve uma inversão de valores entre essas duas esferas durante a Modernidade e a Contemporaneidade, trazendo sua teoria sobre o enriquecimento da esfera privada. Junto a esse enriquecimento, também acontece a anulação de ambas esferas para uma ascensão do social. Vejamos a argumentação da autora.

Durante a Antiguidade, a vida contemplativa era tida como a mais bem vista em contraponto à vida ativa. Já na Era Moderna é possível observar uma inversão nessa hierarquia, que passa a colocar a ciência em um patamar mais alto, junto com o empirismo e não mais a contemplação (Gall, 2015, p. 114). Aqui, a ocupação dos filósofos e pensadores deixa de ser protagonista na escalada social para dar lugar ao trabalho de físicos, astrônomos, biólogos. A saída da Idade Média trouxe uma inversão de valores para a vida em sociedade, que resultou nessa maior valorização da vida ativa.

Apesar disso, por ocorrer concomitante à Revolução Industrial, a valorização da vida ativa não veio no sentido de valorizar também a ação, e por tanto a política. Os valores enriquecidos com a ascensão do cristianismo séculos antes, de apreciação da caridade e depreciação da política - pois seria artifício apenas de uma vida terrena, sem valor para a salvação de Deus -, passaram a enaltecer o bem-estar e a vida privada. A

“valorização da vida permaneceu como ponto pacífico, ‘verdade axiomática’ da visão de mundo moderna. De fato, a vida não é mais, de modo geral, considerada como eterna, mas é ainda estimada em mais alto grau. Ora, dentre as atividades da *vita activa*, uma diz respeito a vida propriamente dita, a saber: o labor. Ocorreu, desse modo, a vitória do *animal laborans*” (Gall, 2015, p. 114).

O *animal laborans* nada mais é do que aquele que existe apenas para seu labor e trabalho. É a pessoa que não exerce a totalidade da vida ativa, que não (re)conhece a ação como fruto de sua atuação, que não exerce a política. Esse não pode ser considerado um humano em sua totalidade², mas sim um *animal laborans*.

² Como colocado anteriormente, um homem ou mulher só o são em plenitude quando exercem todos os fatores da vida ativa: labor, trabalho e ação. Aquele que vive sem ação não se difere de um animal vivendo na natureza. Aquele que não vive em sociedade não será lembrado como humano pois não vive como um. Ou ainda, não será lembrado.

A queda do cristianismo na Era Moderna foi essencial para a ascensão do *animal laborans*. Foi com a perda da fé em uma vida eterna – a salvação cristã – e o início do pensamento cartesiano, que a humanidade perdeu as certezas que foram construídas durante séculos. Aquilo que antes era assegurado pela crença em uma vida após a morte, na qual todo o seu esforço seria recompensado, passou a se tornar medo do futuro. A evolução mais rápida das ciências exatas trouxe cada vez mais à tona a noção de que a vida humana é mortal e efêmera e não há nada que possa impedir isso (Arendt, 2007, pp. 333-334).

Assim, a humanidade voltou-se para si mesma, certa de que o mundo já não era tão confiável e seguro como foi durante os anos anteriores.

“Agora, a única coisa que podia ser potencialmente imortal, tão imortal quanto fora o corpo político na Antiguidade ou a vida individual na Idade Média, era a própria vida, isto é, o processo vital, possivelmente eterno, da espécie humana” (Arendt, 2007, p. 334).

Com todas as incertezas da Modernidade, homens e mulheres deviam se concentrar em garantir sua sobrevivência (labor), em meio a pragas, guerras e crises, e para isso teriam que trabalhar e focar em suas vidas privadas.

O grande foco na vida privada derruba as antes nítidas barreiras entre o privado e o público, construídas na Idade Antiga. Tudo aquilo que dizia respeito à família, a vida doméstica, as necessidades particulares e a sobrevivência individual, pertencia à esfera privada. Nela, existia um claro chefe, único detentor do uso da violência e da força. Os demais membros da família não tinham liberdade, estavam compelidos àquele arranjo social para conseguirem sobreviver. Para os gregos, essa era a forma pré-política de vida, na qual a figura do chefe de família se assimilava a de um déspota: sem convencimento ou persuasão, mas sim através da força (Arendt, 2007, pp. 31-36).

A partir do momento que as pessoas saem da esfera privada e se colocam na esfera pública, através da vida na *polis*, elas se tornam politizadas. Não há mais espaço para o uso da violência como forma de coerção, é necessário que seja usada a ação e o discurso para convencer, persuadir. Assim, as duas esferas são bem delimitadas, com diferenças visíveis e nítidas. Com a introspecção do ser humano nele mesmo, devido ao movimento gerado no início da Modernidade, tais limites se diluem e a visão do que seria a vida na

esfera privada é amplificada.

O fim das nítidas barreiras que separavam o privado do público dá origem a novas formas de Estado, com desdobramentos até os dias atuais. Hoje, vemos as economias estatais como o que os antigos chamariam de uma grande “administração doméstica coletiva” (Arendt, 2007, p. 38). As características que antes eram tidas como exclusivas da vida privada, passam a fazer parte também da vida pública, do comum, constituindo o enriquecimento da esfera privada. Este nada mais é do que o transbordamento da esfera privada para além do que antes eram suas barreiras.

Se hoje vemos com naturalidade o uso da violência, ou até o monopólio dela, pelo Estado, isso se deve ao processo de enriquecimento do privado. Da mesma forma, a necessidade de liberdade na esfera privada é uma visão moderna, já que os gregos enxergavam a liberdade como exclusiva da esfera política. Outra inversão foi a de transferência dos feitos individuais que antes pertenciam à esfera pública e agora passam a ser creditados à privacidade. Aquilo que era necessário estar público, para que fosse visto e lembrado e portanto fosse real, perde essa característica no momento que homens e mulheres se fecham, que o individualismo vence. “A esfera pública era reservada à individualidade; era o único lugar em que os homens podiam mostrar quem realmente e inconfundivelmente eram” (Arendt, 2007, p. 51).

Na vida em uma sociedade moderna, a tendência é a padronização de comportamentos, com o aumento do individualismo. O crescimento dos contingentes populacionais potenciou a perda das características individuais em prol da massificação dos feitos. É fácil perceber aqui a aplicação da lei dos grandes números: quando se há grandes coletividades, é necessário que o ponto fora da curva seja muito mais acentuado para ser notado do que em conjuntos pequenos. Se pensarmos em um gráfico de linha fruto de um conjunto com poucas observações, poderemos ver claramente as diferenças entre uma observação e a outra. Agora, quando temos um gráfico com várias observações, este passa a ser uma aproximação da tendência dos intervalos (Arendt, 2007, pp. 51-52).

A nova sociedade de massas introduz também na modernidade uma profunda subjetividade, dando outra luz à esfera pública. Cada um se torna tão introspectivo em sua própria vida, em seus próprios feitos, que a coletividade

necessária para a esfera pública acaba. [Os homens] “são todos prisioneiros da subjetividade de sua própria existência singular, que continua a ser singular ainda que a mesma experiência seja multiplicada inúmeras vezes” (Arendt, 2007, pp. 67-68). Assim, a singularidade de cada indivíduo começa a passar despercebida na vida pública. O que antes era essencial para se concretizar como pessoa na esfera pública, começa a ser engolido pelo social. “A sociedade de massas destrói a esfera pública, ao mesmo tempo em que destrói a esfera privada, uma vez que impede a pluralidade de opiniões no espaço público comum e retira da casa e da família a possibilidade de constituição de refúgios diante do mundo” (Santos, 2012, p. 228).

É dessa forma que as barreiras entre as esferas pública e privada começam a desaparecer em detrimento de uma esfera social. A última nasce junto do desaparecimento da família e da esfera política, em uma sociedade com tantas pessoas que as preocupações individuais, com a propriedade privada, começam a se tornar preocupações coletivas, do social. As famílias, entidades mínimas da vida na Antiguidade, agora passam a ser substituídas por grupos sociais. A política deixa de ser a preocupação pública e comum a todas as pessoas e dá lugar ao social (Santos, 2012, p. 230).

“A construção de uma esfera pública a partir de interesses privados é inviável, da mesma forma como é impossível a identificação do público com o Estado. O público é o lugar em que a virtude humana pode aparecer. Por isso, ‘nem a educação, nem a engenhosidade, nem o talento podem substituir os elementos constitutivos da esfera pública, que fazem dela o local adequado para a excelência humana’ (ARENDT, 2008, p. 59)” (Santos, 2012, p. 232).

Parte 4: Uma breve passagem por Getúlio Vargas

Passada toda a referenciação teórica necessária para situar este artigo nos conceitos de Hannah Arendt, faremos uma pausa para entender o contexto histórico da vida e morte de Getúlio Vargas. Segundo Arendt, “só podemos conhecer quem alguém é ou foi se conhecermos a história (story) da qual ele é herói” (Arendt, 2007, p. 232). Pois bem, vamos conhecer a história daquele que ficou mais tempo a frente do poder brasileiro.

Getúlio Vargas nasceu em 1882, na cidade de São Borja-RS. Nascido e criado na cidade, foi ainda jovem para Minas Gerais para finalizar seus estudos. Aos 16 anos, voltou para o Sul e se alistou no exército, onde seguiu a

carreira até se tornar segundo-tenente. Após perceber que a vida militar não o cabia, largou as forças armadas para ir cursar direito em Porto Alegre. Foi lá que o jovem Getúlio conheceu e iniciou seu contato com a política, entrando na Juventude Castilhista.

O mais novo membro do PRR, partido hegemônico no Rio Grande do Sul, logo se destacou e iniciou sua carreira na vida pública. Apadrinhado por Borjes de Medeiros, liderança do PRR no estado, Vargas assumiu seu primeiro mandato eletivo em 1909, como deputado estadual. Ao fim de seu segundo mandato como estadual, em 1922, o PRR já se consolidava como importante força no ambiente político nacional, que predominava a “República do Café com Leite”.

Nesse tempo, Vargas foi eleito deputado federal, comandando a bancada de seu partido no Congresso Nacional, e posteriormente se tornou Ministro da Fazenda no governo do paulista Washington Luís. Foi durante esses anos também que a dinâmica café-com-leite começava a se enfraquecer em prol do surgimento de forças políticas nacionais em outros estados, fora do eixo Minas Gerais–São Paulo. Todo esse rebuliço culminou na criação da Aliança Libertadora, da qual Getúlio foi um dos idealizadores e executores.

Em 1928, Vargas é eleito sem concorrentes a presidente do Rio Grande do Sul, então cargo de governador. Seu período no comando do estado foi crucial para sua consolidação enquanto liderança política em âmbito nacional. “Getúlio furava aos poucos o bloqueio da tradição castilhista, entranhado nos republicanos ainda refratários àquela abertura estratégica.” (Aurélio, 2009, p. 26)

Com a chegada de 1930, Getúlio já consagrado como figura de forte influência política, o presidente do país Washington Luís deveria indicar seu sucessor para a corrida presidencial. Para a surpresa de todos, Luís quebrou o pacto vigente até então com os mineiros e apoiou Júlio Prestes, um também paulista, para ocupar seu cargo. A reação dos aliados mineiros foi intensa.

Ao passo que o PRR, partido de Getúlio, apoiava a candidatura de Júlio Prestes, suas lideranças também maquinavam na consolidação da Aliança Libertadora e no lançamento de candidatura própria. Quando o momento oportuno chegou, às vésperas das eleições, Vargas foi lançado como candidato à Presidência da República.

É de se esperar que Júlio Prestes tenha ganhado a eleições. “De um total de 1.890.524 eleitores (meros 5,7% da população), impressionantes 1.091.709 votos foram para a contagem de Júlio Prestes. Getúlio recebeu cerca de 737.0008. A Aliança Liberal rechaçou o resultado.” (Aurélio, 2009, p. 29). Apesar da mobilização de fortes lideranças políticas para inversão do resultado, foi apenas com o assassinato de João Pessoa, vice na chapa de Vargas, que o cenário se inverteu. Acusado de mandante do assassinato, Washington Luís foi preso pelos militares em outubro de 1930. Poucos dias depois foi dada posse a Getúlio.

Assim foi o início do governo provisório. Vargas mandou para o exílio alguns de seus opositores, como o próprio Júlio Prestes, e colocou no poder homens de sua confiança. Para fugir da crise que avassalava a economia americana, comprou sacas de café e proibiu o plantio por 5 anos; cortou despesas do governo e orçamento dos estados; renegociou a dívida externa. Vargas se aproximou também da Igreja Católica como forma de garantir a ordem e decretou ordens de cunho nacionalista pela valorização da mão-de-obra brasileira. A centralização do poder era tanta que movimentos oposicionistas começaram a surgir, em sua maioria de cunho comunista. Revoltas pelo fim do governo provisório tomavam força em 1932.

Foi em 1934 que uma nova constituição foi promulgada. A Assembleia Nacional Constituinte no ano anterior elegera os parlamentares que formularam uma Carta Magna de cunho iluminista e nacionalista. Com a Assembleia montada, foi também realizada eleição indireta para Presidente da República, que, como era de se imaginar, elegeu Getúlio Vargas.

Foi apenas em 1937, já com eleições gerais programadas e candidatos declarados – sem ter Getúlio entre eles, por sinal – que Vargas se sedimentou no Palácio do Catete. O presidente anunciou a descoberta de um plano que comprovava a tentativa comunista de revolução no Brasil, o Plano Cohen. O desalinho foi tanto que

“em 10 de novembro de 1937, revogou-se a Carta de 1934. Em seu lugar, Getúlio outorgou uma Constituição autoritária, elaborada um ano antes por Francisco Campos. Ou seja, tratava-se de um golpe tramado e programado. Com a Polaca de 37 (baseada que era na Constituição da Polônia do ditador Josef Pilsudski), Getúlio Vargas assumiu um governo ditatorial. Nascia o Estado Novo.” (Aurélio, 2009, p. 38).

A ditadura varguista era antes de mais nada um governo de exceção, marcado pela repressão velada aos opositores e pela concentração do poder nas mãos de seu líder máximo, tudo com a permissão da Constituição em voga. Ainda, foi um período de grande florescer cultural, com expoentes brasileiros na música, artes plásticas, literatura, sempre dentro do limite do que o controle da ditadura deixasse. Também foi marcado por investimentos nacionalistas, com a criação de uma série de empresas e institutos nacionais que fortaleciam o executivo e mantinham o sentido de união do país.

Um dos maiores feitos do Estado Novo, que se mantém até os dias atuais, foi a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Uma série de garantias e direitos foram criadas e consolidadas no governo Vargas, o que garantia o forte engajamento dos movimentos sindicais e de trabalhadores em prol do governante.

Da mesma forma que vivia o Brasil, em pleno governo autocrático, outros países mundo afora também de encontravam nas mãos de tiranos, como era o caso de Portugal, Espanha, Itália, Alemanha e, claro, URSS. Dentro de poucos anos, a Segunda Guerra Mundial (1939-1945) concentrou a política internacional ao redor de seus acontecimentos. Já no fim do embate, Vargas resolve apoiar os Estados aliados dos EUA, em troca de financiamento norte-americano, e manda tropas brasileiras para lutar na guerra.

Não sabia Vargas que este seria um tiro no pé. Com a volta das tropas que lutaram na Europa, vieram também os questionamentos acerca do governo autoritário: ora, se estavam ajudando a desbancar ditaduras lá no Norte, porque apoiariam uma aqui? Esse sentimento aliado à economia que descia ladeira abaixo descredibilizaram o Estado Novo. Getúlio Vargas foi deposto por uma junta militar em outubro de 1945.

Apesar de deposto, Vargas continuava forte, amado pelas massas trabalhadoras e sem ter seus direitos políticos cassados. Com as eleições para a Assembleia Nacional Constituinte em 1946 – mais uma – Getúlio foi eleito senador por seu recém fundado Partido Trabalhista Brasileiro. Articulador exímio e com o grande apoio político que tinha, o ex-governante se mantia na cúpula da alta elite política brasileira.

Apesar da baixa participação como senador, uma reviravolta na política, entre as brigas dos partidos pela soberania nacional, Getúlio ainda se mantia

como forte figura popular e de grande poder em todo o país. Sua influência no cenário político o consolidou como candidato mais uma vez ao palácio do catete em 1950 pelo PTB. Seu apelo popular e aclamação pelas massas o fez presidente com quase 49% dos votos naquele ano.

Ainda que com toda habilidade política que Vargas comprovadamente possuía, seu governo iniciado em 1951 foi marcado por crise econômica – a inflação chegava a 60% - e rebuliço entre seus oponentes. A criação da Petrobras marcou o debate brasileiro, que dividiu a sociedade entre os favoráveis e contrários. Carlos Lacerda organizava a oposição ao governo em busca da queda de Getúlio.

Foi assim que, em 1954, um atentado ao líder dos adversários de Vargas culminou para arrematar o cenário delicado que o país vivia e intensificar a crise pela qual Getúlio passava. O chefe da guarda pessoal do presidente, Gregório Fortunato, foi acusado de organizar o assassinato de Carlos Lacerda, que acabou se tornando um literal tiro no pé do líder esquerdista e a morte de seu companheiro Rubens Vaz. O crime assolou aquele ano para o que acabaria sendo o fim de Vargas.

A polícia e os militares abriram inquérito para apurar o ocorrido. Lacerda se projetou nacionalmente em luta pela renúncia do presidente. O Congresso Nacional exigia um novo líder. Getúlio resistiu o máximo que pode em tentativa desesperada de manter a ordem e retomar as rédeas do jogo político. Em agosto daquele ano, após longa reunião com os principais ministros de seu governo, escreveu:

“Já que o ministério não chegou a uma conclusão, eu vou decidir: determino que os ministros militares mantenham a ordem pública. Se a ordem for mantida, entrarei com pedido de licença. Em caso contrário, os revoltosos encontrarão aqui o meu cadáver.” (Aurélio, 2009, p. 64)

Com uma já datilografada carta-testamento e sem mais saídas a seu alcance, Vargas se deu um tiro no peito e, como ele mesmo disse, entrou para a história.

Parte 5: A tentativa de controle da ação em Vargas

Feita a contagem de maneira breve da ilustre vida de Getúlio Vargas e já

realizada a localização teórica no argumento desenvolvido por Hannah Arendt em *A Condição Humana*, podemos expor o argumento desse artigo.

Dentro do pensamento desenvolvido por Arendt, podemos ver com clareza na história de Vargas o entendimento da pensadora sobre o poder. Em *A Condição Humana*, a autora explicita como o poder é condicionado pela pluralidade, da mesma forma que a ação. Só existe poder onde há reunião de pessoas, pois ninguém exerce poder sem a quem influenciar com este. Assim, não existe poder em estado de isolamento – da mesma forma que um indivíduo não é humano em sua plenitude fora do convívio em sociedade -, ele não pode exercer poder sobre nada pois este depende da ação que tem como premissa básica a pluralidade (Arendt, 2007, pp. 249-251).

Da mesma forma, ninguém pode ter onipotência do poder, uma vez que ele é um acordo entre as pessoas. A sociedade, e outros grupos de convívio de pessoas, se formam de maneira a estabelecer acordos de convivência que delimitam os papéis de cada um no grupo. Aquele que tem o poder, muitas vezes o patriarca ou chefe de Estado, só o tem devido ao acordo formado, e por tanto é algo que pode ser destituído daquele que o detém (Arendt, 2007, pp. 251-253). O poder é diferente nesse aspecto da violência, a qual pode ser monopolizada por um único agente, como no caso da família que apenas o patriarca a usa, ou ainda de ditaduras, nas quais a violência é monopólio do Estado.

É exatamente nas situações de ditaduras que Hannah Arendt vai mostrar a falta de poder. Em Estados de exceção, acontece a aniquilação da pluralidade humana por meio da violência (Arendt, 2007, pp. 253-254). O monopólio do Estado do uso da força física de maneira agressiva faz com que as pessoas sejam privadas de sua individualidade, com a supressão da liberdade de expressão, entre outras liberdades presentes no Estado democrático, o que aniquila as diferenças entre os indivíduos. Sem a condição da pluralidade, é consequência natural que a ação também seja suprimida em ditaduras.

Façamos uma pausa aqui no pensamento de que um governo ditatorial aniquila a ação. Retomemos a ascensão da esfera social no mundo moderno, que se apropria do espaço que antes era destinado à esfera pública. Esse cenário, de subjetividade profunda dos indivíduos e queda da coletividade

(explorado na terceira parte deste artigo), faz com que as pessoas percam sua pluralidade, se tornem *animais laborans*.

Esses *animais laborans* não conseguem exercer a ação, por todo o cenário já explorado anteriormente de destruição da pluralidade e foco no labor e no trabalho que a sociedade moderna dá. O mesmo *animal laborans* também não tem identidade – motivo pelo qual, por exemplo, não é sabido de grandes revoluções de escravos no mundo antigo, já que só conseguem lutar contra o sistema vigente aqueles que não se identificam com ele. Assim, no mesmo sentido de que os escravos não tinham identidade e por isso não travavam lutas contra seus senhores, o movimento dos trabalhadores, os sindicatos, representam o corpo político dos *animais laborans* modernos (Arendt, 2007, pp. 268-269).

Getúlio Vargas, apesar de não ter lido Hannah Arendt, executou com maestria o que a autora descreve aqui. Pai do movimento trabalhista brasileiro, Vargas usou dos sindicatos para enaltecer o que os trabalhadores têm de mais intrínseco: o espírito de *animal laborans*. Assim, Gege – como era chamado carinhosamente – dava a falsa sensação de ação para o povo, promovendo os sindicatos, ampliando os direitos trabalhistas e empoderando esses movimentos, enquanto mantia o trabalhador como *animal laborans*, sem capacidade de ação ou discurso.

É aqui que a falsa onipotência do poder entra. Por instalar no Brasil uma ditadura, Vargas aniquilou a capacidade de ação do povo. Por criar o fortalecimento do movimento trabalhista, soube dar a falsa sensação de que a primeira não havia sido perdida. Assim, o chefe do Estado Novo soube achar os instrumentos certos para dar valor ao *animal laborans* ao mesmo tempo que tirava dele sua humanidade, por meio da perda de liberdade.

Vargas fez isso tudo de maneira tão exemplar – talvez o que melhor desempenhou esse papel na história do Brasil moderno – que era visto líder extremo detentor de força imbatível pela população. Explico: Arendt traz a ideia de que o poder ou força extrema de um indivíduo é uma ilusão criada muitas vezes por aqueles que estão no topo de um grupo social. Isso porque um homem ou mulher que é chefe de algum grupo, em especial os que congregam muitas pessoas, transmite a sensação para os que estão em posição menor de que o primeiro tem o controle de tudo, que todo o funcionamento do grupo

depende dele. O líder aparece como figura de força máxima, como se seus subordinados não o conseguissem vencer, ou ainda que o grupo não funcionaria sem seu diretor.

Getúlio, depois de 8 anos de ditadura, totalizando 15 anos no poder, foi eleito mais uma vez presidente do Brasil, com quase 49% dos votos³. Era inegável sua popularidade e seu carisma. Eleito em 1950, Vargas enfrentou intensa crise financeira e política, sem perder o apoio popular. Em 1954, ano de sua morte, os ânimos estavam a flor da pele. Disputas e tensão no ambiente político marcavam o cenário, no qual Carlos Lacerda ascendia como principal opositor do presidente e requerente de sua renúncia.

Em agosto, no auge da crise, Getúlio se dá um tiro no peito, deixando para trás uma carta de despedida e um país aflito. A comoção popular foi enorme, com um montante nunca visto de brasileiros nas ruas do Rio de Janeiro para dar adeus ao seu líder.

“milhares de pessoas acompanharam o féretro que saiu do Palácio do Catete até o aeroporto Santos Dumont, onde o corpo seria levado para seu sepultamento na cidade de São Borja, no estado do Rio Grande do Sul. A multidão se estendia por toda a Praia do Flamengo e pela Glória, dando vivas a Getúlio e cantando versos do Hino Nacional.” (Câmara dos Deputados, 2014, p. 15)

Toda essa comoção marcou a história. Não só por ter sido o único chefe de Estado a se suicidar enquanto estava no poder⁴, mas também por ser tão querido e amado pelo povo brasileiro. Os revoltosos chegaram a depredar prédios da imprensa oposicionista a Vargas e a embaixada americana - supostamente os Estados Unidos eram um dos culpados pelo ocorrido. Jornais por todo o mundo reportavam o corrido: “Com Vargas desapareceu uma figura discutida, que conquistou o respeito de todos por sua excepcional personalidade. É provável que a verdadeira crise interna do Brasil não tenha terminado, e sim começado”; “O getulismo [...] marcou um fenômeno histórico do Brasil: a passagem da época dos fazendeiros para a industrialização do país como potência mundial do futuro na família das nações” (Câmara dos Deputados, 2014, p. 21). Assim, aquele agosto entrava para a história.

Mas para além de toda a revolta e do simbolismo marcante do suicídio de um presidente em exercício, havia o choque da falta de um líder em um país

³ Informação extraída do Dossiê Getúlio Vargas (Aurélio, 2009).

⁴ Informação constante em notícia da época (OBSERVATORE ROMANO, do Vaticano).

composto por executores. Para o povo, e grande parte do círculo político que rondava Getúlio, ele era um homem cheio de poder e de força extraordinária. Para além de um executor como os demais, Vargas era governante, ditava as ações que deveriam ser feitas.

Esse fenômeno é o que Hannah Arendt classifica como a ilusão da força de um homem só. Getúlio era visto como alguém incomum, que detinha tanta força e poder que era capaz de governar o país – por 19 anos no total! Para Arendt, a ação tem como pressuposto a pluralidade (como visto no início deste artigo) e por isso não é possível ser feita apenas por uma pessoa. Todo o seu contexto nunca pode ser fruto do ato de apenas uma pessoa, é necessária uma série de fatores para que a ação possa ser executada. Por isso, o governante ou líder é só a ponta, apenas a parte mandante, o originador da ação. Todo o desenrolar que advém dela é feita por pessoas muitas vezes de forma oculta, ou não tão aparente, na execução daquela tarefa (Arendt, 2007, pp. 235-237).

De certa forma, é possível enxergar que o líder se apropria do feito de outros, que de fato executaram a ação, e acaba transmitindo a ideia de que a desempenhou inteiramente sozinho. Isso porque normalmente só conhecemos a ponta originadora da ação, aquele que vende a ideia como sua e a faz se tornar conhecida e executável - o governante. As milhares de outras pessoas que tiveram papel naquela história permanecem no anonimato, fortalecendo o mito de uma pessoa extremamente forte e hábil que governa sozinha.

Assim, Getúlio não só dava a falsa sensação ao povo de que ele detinha poder de ação, como também se colocava em posição onipotente de força individual extrema. Toda a sua história congrega para o pensamento de que, de certa forma, Vargas foi um grande controlador da ação. Na verdade, grande foi sua tentativa de controlá-la, pois ninguém é capaz de tal feito (Arendt, 2007, pp. 290-292).

Conclusão

Vimos aqui toda a construção do pensamento de Hannah Arendt sobre a condição humana da ação, seus fatores básicos e suas consequências. Da mesma forma, passamos pela biografia de Getúlio Vargas, presidente e ditador brasileiro, para entender a sua marca na história política do Brasil. A partir

dessas duas ideias, é possível compreender como o tirano exerceu seu poder e soberania por tanto tempo no povo brasileiro: através de suas habilidades para, falsamente, controlar a ação.

Aquele que passou por tanto tempo – 19 anos no total – a frente do governo de um país tão diverso e grande só poderia ter habilidades distintas para ainda, depois de seu suicídio, permanecer do imaginário da população como herói. Pai dos trabalhadores, mestre dos movimentos sindicais, responsável pela industrialização do país e grande político só poderia atingir tais títulos com a manipulação dos movimentos sociais para uma falsa sensação de domínio sobre sua liberdade e poder de ação.

Bibliografia

Arendt, H. (2007). *A Condição Humana*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.

Aurélio, D. R. (2009). *Dossiê Getúlio Vargas*. São Paulo: Universo dos Livros.

Câmara dos Deputados, S. d. (2014). *Getúlio Vargas: o político e o mito*. Brasília: DF.

Gall, F. R. (2015). Considerações acerca das noções de imortalidade e eternidade. *Anais do Seminário dos Estudantes de Pós-Graduação em Filosofia da UFSCar*, 105-115.

Pinto, V. L. (2014). Labor, trabalho e ação: elementos pertinentes aos conceitos arendtianos em relatos autobiográficos de trabalhadores do setor de transportes. *Saúde Soc.*, 1288-1300.

Santos, S. V. (dezembro de 2012). A relação entre o público e o privado: um estudo inicial no pensamento de Hannah Arendt. *Inter Ação*, 37(2), 223-235.

Vargas, G. (s.d.). Carta testamento. (*Ridendo Castigat Mores*). Acesso em 2018